



PARTE D

CONSELHO SUPERIOR DA MAGISTRATURA

Despacho n.º 14997/2015

1 — Nos termos dos n.ºs 9 e 10 do artigo 21.º Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, na redação dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de agosto, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 64-A/2008, de 31 de dezembro, pela Lei n.º 3-B/2010, de 28 de abril, pela Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro, pela Lei n.º 68/2013 de 29 de agosto e pela Lei n.º 128/2015, de 03 de setembro, do n.º 1 do artigo 22.º da Lei n.º 36/2007, de 14 de agosto, do aviso n.º 8562/2015, publicado no DR, 2.ª série, de 5 de agosto de 2015, da oferta de emprego publicada na BEP com o código OE201507/0239, e ainda na sequência da proposta do Júri do respetivo procedimento concursal, nomeio o licenciado João Manuel Calado de Jesus Cabrita, para o cargo de diretor de serviços de quadros e movimentos judiciais do Conselho Superior da Magistratura.

2 — O trabalhador é nomeado para o exercício do referido cargo por possuir reconhecida aptidão e experiência profissional adequada, conforme nota curricular em anexo.

3 — O presente despacho produz efeitos imediatos.

1 de dezembro de 2015. — O Vice-Presidente do Conselho Superior da Magistratura, *António Joaquim Piçarra*, Juiz Conselheiro.

Nota curricular

Nome: João Manuel Calado de Jesus Cabrita

Formação Académica:

Licenciatura em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade Lusitana de Lisboa, concluída em setembro de 1996.

Pós-Graduação em Prática Forense e Assessoria Jurídica de Empresas, pela Faculdade de Direito da Universidade Católica Portuguesa, concluída em fevereiro de 2004.

Frequência de Pós-Graduação em Contencioso Administrativo pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, concluída em outubro de 2009.

Programa Avançado em Gestão de Recursos Humanos — Católica Lisbon School of Business and Economics, concluído em dezembro de 2014.

Experiência Profissional:

Assessor do Gabinete de Apoio aos Membros e Vice-Presidente do Conselho Superior da Magistratura, desde novembro de 2013;

Adjunto do Gabinete de Apoio aos Membros e Vice-Presidente do Conselho Superior da Magistratura, desde dezembro de 2009 a novembro de 2013;

Subdiretor geral da Direção-Geral da Administração da Justiça — Ministério da Justiça, de maio de 2005 a dezembro de 2009;

Jurista no Gabinete Jurídico e do Contencioso da Secretaria-Geral do Ministério das Finanças e da Administração Pública — de abril de 2001 a maio de 2005;

Adjunto do Ministro de Estado e do Equipamento Social, no XIV Governo Constitucional — de outubro de 2000 a março de 2001;

“Petrus — Consultadoria de Comunicação”, como assessor de comunicação na Ordem dos Advogados e no Supremo Tribunal de Justiça — de maio de 1998 a setembro de 2000;

Advogado — de 1999 até maio de 2005 — Cédula profissional n.º 15.693L — Atualmente com a inscrição suspensa na Ordem dos Advogados.

Estágio de Advocacia — Ordem dos Advogados — concluído em 1998.

209171633

MINISTÉRIO PÚBLICO

Procuradoria-Geral da República

Despacho (extrato) n.º 14998/2015

Por meu despacho de 27 de novembro de 2015 e obtida a necessária autorização, é nomeada, em comissão de serviço, a técnica de justiça adjunta Anabela Cristina Eusébio Afonso, para exercer funções nos Serviços de Apoio Técnico e Administrativo da Procuradoria-Geral da República, com efeitos a partir de 1 de dezembro de 2015.

27 de novembro de 2015. — O Secretário da Procuradoria-Geral da República, *Carlos Adérito Teixeira* (Procurador da República).

209163566



PARTE E

COMISSÃO PARA O ACOMPANHAMENTO DOS AUXILIARES DA JUSTIÇA

Deliberação n.º 2289/2015

Cessação de procedimento concursal e designação do Diretor da Comissão de Fiscalização dos Auxiliares da Justiça

Para os devidos efeitos se torna público que, nos termos do n.º 2 do artigo 25.º da Lei n.º 77/2013, de 20 de novembro e do artigo 19.º, do Regulamento de organização interna da Comissão para o Acompanhamento dos Auxiliares da Justiça (CAAJ), publicado na 2.ª série do *Diário da República* de dia 21 de novembro, sob o n.º 527/2014, o órgão de gestão da Comissão para o Acompanhamento dos Auxiliares da Justiça (CAAJ), aprovou, por Deliberação n.º 304/2015, tomada em reunião de 20 de julho de 2015, a cessação do procedimento concursal simplificado de recrutamento e seleção para o cargo de direção intermédia de 1.º grau, de Diretor da Comissão de Fiscalização dos Auxiliares da Justiça, aberto por aviso n.º 3606/2015, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 65, de 02 de abril e a designação, em comissão de serviço, para o respetivo cargo da Licenciada Rita dos Santos Fernandes.

A presente designação produz efeitos a partir de 20 de julho de 2015, pelo período de cinco anos, renovável por igual período de tempo.

Nota curricular

Dados Pessoais:

Nome: Rita dos Santos Fernandes

Data de nascimento: 26 de junho de 1978

Naturalidade: Lisboa

Percurso e Experiência Profissional:

Desde maio de 2014 até à presente data: Diretora da Comissão de Fiscalização da Comissão para o Acompanhamento dos Auxiliares da Justiça, em regime de substituição;

De junho de 2012 a abril de 2015: Membro do Grupo de Gestão da Comissão para a Eficácia das Execuções responsável pela área da fiscalização dos agentes de execução;

De novembro de 2010 a junho de 2012: Coordenadora do Gabinete Jurídico e de Contencioso da EMA — Empresa de Meios Aéreos S. A.;

De outubro de 2009 a novembro de 2010: Chefe do Departamento de Contratação pública da EMA — Empresa de Meios Aéreos S. A.;

De março de 2008 a setembro de 2009: Jurista da EMA — Empresa de Meios Aéreos S. A.;

De janeiro de 2006 a março de 2008: Jurista na Autoridade de Segurança Alimentar e Económica;